



**Conhecer para dominar: A geração de conhecimento sobre o território e a apropriação do ambiente no Segundo Reinado.**

BRUNO CAPILÉ<sup>1</sup> (MAST)

MOEMA VERGARA<sup>2</sup> (MAST)

Se considerarmos países com grande extensão territorial como o Brasil, torna-se virtualmente impossível o conhecimento do alcance de suas terras somente através da visita pessoal. Certamente as informações de Dom Pedro II sobre o Império não se limitavam às viagens provinciais do Sul nos anos de 1845 e 1846, ou do Nordeste nos anos de 1859 a 1860. Paralelo a isto, na medida em que a máquina do Estado se tornava mais complexa, tornava-se extremamente necessária a presença de conselheiros e responsáveis pela administração para informar o governante sobre diferentes aspectos da nação. No âmbito das informações obtidas através de relatórios e documentos para a administração territorial, uma das mais importantes eram as fontes cartográficas. Enquanto representação iconográfica de um território, os mapas funcionam como ferramentas para a manutenção do poder governamental, além de reforçar os argumentos retóricos e ideológicos do próprio Estado.

Sendo assim, não é de se estranhar que no século XIX o amadurecimento dos Estados-Nação e as relações internacionais ocorreram paralelamente com as ciências de interesse cartográfico, como a astronomia e geodesia. Mesmo que aparentemente não houvesse uma relação direta entre os diversos ramos do conhecimento científico, grande parte fora incentivada visando o domínio da natureza e das atividades da agricultura, indústria, extração

---

<sup>1</sup> Pesquisador Colaborador do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), com bolsa PCI cedida pelo CNPq.

<sup>2</sup> Pesquisadora do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e professora do PPGH/UNIRIO e PPGEFHC/UFBA e UEFS.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

mineral e vegetal. Ao redor do mundo, o desenvolvimento da cartografia oitocentista esteve vinculado a expansão imperialista da Europa e dos Estados Unidos. No Brasil, a percepção da importância da cartografia se evidenciou com os incentivos do governo imperial no crescimento da ciência e tecnologia através de instituições científicas, assim como nos convites a profissionais estrangeiros para assumir cargos nestas. Conforme podemos observar, esses investimentos estavam estreitamente ligados aos interesses políticos e econômicos (TURNER, 1993). Desta maneira, o presente texto pretende esboçar a relação entre política, ciência e território, no contexto do Segundo Reinado. De forma mais específica, veremos como o governo imperial investiu na produção de conhecimento cartográfico para a administração territorial, e de que forma esta gestão influenciou o modo de percepção e atuação sobre o ambiente. Deixamos claro aqui que a interpretação iconográfica dos mapas será abordada sucintamente, tendo como foco do texto as atividades do governo imperial para o desenvolvimento cartográfico.

O estudo sobre história da cartografia no Brasil tem sido analisado pelos autores no âmbito de compreender a construção do mapa nacional e os conhecimentos cartográficos. Esse trabalho está vinculado ao projeto *A construção do mapa nacional e o conhecimento científico (1870-1930)* desenvolvido no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e coordenado pela Prof<sup>a</sup> Moema de Rezende Vergara. Devido a uma lacuna no que diz respeito aos aspectos sobre o ambiente, iniciamos essa abordagem que pretende aproximar a cartografia aos estudos que examinam mais integralmente as relações entre natureza e sociedade, como a história ambiental.

É pertinente expor aqui uma breve reflexão sobre os termos *ambiente* e *território* para evitar que sejam interpretados como sinônimos. O primeiro tem seu sentido original de envolver o sujeito ou objeto, incluindo a totalidade dos elementos naturais. Adotamos o termo ambiente no sentido ecológico, de suporte para a existência de vida e todos seus aspectos vivos e não-vivos. O modo como interpretamos o ambiente é influenciado pelas imagens que construímos, refletindo diretamente em nossas ações nele. O território fica compreendido

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

como a apropriação do ambiente e as relações entre espaço e poder existentes. Quanto maior o uso do ambiente enquanto recurso, maior para a sociedade a necessidade de manter sua posse (MORAES, 2005). O ponto de vista da cartografia é enxergar o ambiente como território, como recurso. Esta ideia também reverberava no sentimento de nacionalidade fundamental para conferir unidade a uma realidade fragmentada pela diversidade regional e com grandes vazios cartográficos. Assim, para construir um conceito de país homogêneo era preciso conhecer toda a extensão de seu território. E conhecer significa produzir uma representação deste território. Enquanto apropriação de uma parcela do espaço geográfico num contexto geopolítico, o território necessita que a construção de sua representação tenha respaldo da sociedade, no caso do Brasil Imperial isto se bastava no círculo de sua elite política e econômica. Assim, o poder autoritário sobre o território funciona também como um elaborador de representação para a sociedade. Mesmo que relatórios estejam impregnados de representações sobre o território e o ambiente, o instrumento de representação mais eficaz utilizado pelo Estado é o mapa (RIBEIRO, 2005).

O complexo histórico territorial brasileiro iniciado com as atividades diplomáticas entre portugueses e espanhóis nos ajuda a perceber a relação da cartografia com o ambiente natural. Esta relação entre sociedade e ambiente pode promover ou inibir a estrutura social, a organização econômica ou o sistema de crenças, questão crucial em uma sociedade escravocrata, como a brasileira. O ambiente influencia também as características físicas e mentais de uma sociedade, e, conseqüentemente, as representações sobre a natureza (ARNOLD, 1996). Isso se confirma ao olharmos os diferentes estilos de interpretação e iconografia que surgiram no Brasil no século XIX, com destaque à biodiversidade, paisagens grandiosas, a ideia de harmonia entre os povos indígenas e o ambiente, e a necessidade de “naturalizar” um elemento exógeno como os escravos africanos, entre outros aspectos.

Nesse panorama, o território e suas representações cartográficas também possuem uma relação com o ambiente, e influenciam tanto no passado como no presente. O distanciamento da representação territorial dos mapas influencia também o modo como vemos e atuamos no

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

ambiente. O intuito do governo imperial era apropriar-se do território e promover atividades econômicas com os recursos naturais. Os mapas mostravam minas existentes, áreas para serem cultivadas, localização de índios “bravios” e o conjunto de estradas e ferrovias para o escoamento do produto e a chegada de mão de obra. Muitos mapas foram expostos nas Exposições Universais para demonstrar a capacidade e preparo técnico-científico da produção de mapas para outras nações, assim como mostrar o território brasileiro para possíveis investidores estrangeiros. Estes eventos foram elementos de difusão e aceitação das imagens de progresso e civilização, um instrumento de sedução social. Nesse conjunto de objetos expostos, os mapas coadjuvaram lado a lado com instrumentos científicos, artigos agrícolas, rochas e minérios, máquinas, livros, obras de arte, essências vegetais e outros produtos naturais derivados da crescente relação íntima entre botânica e química. Sendo ao mesmo tempo, um símbolo de aptidão técnica e científica de sua elaboração, e uma imagem da civilização e progresso do país, que mostram seus recursos através das representações das ferrovias, minas, portos, cidades (PESAVENTO, 1997).

Outro aspecto interessante sobre a relação entre cartografia e ambiente é o conceito de fronteira. Não somente a fronteira interpretada exclusivamente como uma definição geopolítica de significado similar ao de limite, de linha geopolítica do Estado nação inscrita na natureza (MACHADO, 1998). Ao ampliarmos o conceito de fronteira para uma área ou faixa territorial construída historicamente e com intensa relação com as atividades humanas no espaço geográfico, podemos repensar sobre o uso da terra, seja a partir da agricultura ou da mineração. Portanto, ao assumirmos que diferentes fronteiras são interpostas numa complexa malha territorial, ficamos mais conscientes sobre os fatores que nortearam a escolha dentre as diferentes modalidades de representação. Ou seja, o estudo sobre o desenvolvimento territorial e cartográfico no Brasil nos fornece material para refletirmos sobre a apropriação e exploração da terra.

No caso de nosso passado colonial, devemos muito aos argumentos cartográficos dos portugueses nos séculos iniciais do período colonial, como o da fronteira natural e do *uti*

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

*possidetis*. O argumento da fronteira natural, incentivado pela estratégia diplomática de Alexandre de Gusmão no século XVIII, permitiu a expansão a partir dos acidentes geográficos como rios e relevos. Sobre esse aspecto, este argumento possivelmente tem origem no mito da *Ilha Brasil*, o qual acabou por se fortalecer nos tempos coloniais. O mito, originado no início do período colonial, baseava-se na existência de uma grande lagoa conectando a bacia hidrográfica amazônica com a da Prata, e permitiu a extensão territorial da América lusitana para oeste da linha de Tordesilhas. Por fim, a posse foi efetivada através dos tratados demarcadores do século XVIII e da argumentação do uso efetivo da terra, o *uti possidetis* (KANTOR, 2007; CORTESÃO, 1945).

Devido à restrição de recursos, infraestrutura e orçamento, a principal preocupação do recém-independente estado monárquico era manter a unidade territorial e a ordem institucional. Nos anos iniciais da presença portuguesa de D. João VI e a transferência do poder para seu filho, Dom Pedro I, surgiram instituições que estabeleceram uma política cultural de modo a promover a construção simbólica da identidade nacional e a imagem de civilização, como: o Jardim Botânico (1808), a Academia Imperial de Belas Artes (1816), o Museu Nacional (1818) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838). Nesses locais, o ambiente foi utilizado como uma ideia nacional do ponto de vista científico, literário e artístico, o que marcou as visões da relação da natureza com o homem, gerando produções acadêmicas de crítica à devastação ambiental, assim como de destaque a beleza cênica da biodiversidade brasileira (PÁDUA, 2009). No Primeiro Reinado por conta da instabilidade política e administrativa, não houve significativos avanços em termos de mapeamento do território. Foi no Segundo Reinado que as atividades cartográficas mostraram-se mais eficazes e presentes.

No entanto, o início da gestão de Dom Pedro II foi marcado por crises como a pressão inglesa do fim do tráfico de escravos, as revoltas separatistas e os conflitos com a Confederação Argentina. O Brasil enquanto nação ainda era novo, e vivenciava problemas de demarcação dos limites territoriais externos e internos, falta de pessoal e de estrutura

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

governamental-administrativa, falta de recursos financeiros, entre outros problemas. Do ponto de vista do território essas carências tornaram-se um grande problema devido à extensão territorial brasileira e a falta de unicidade política. A partir da década de 1860 a produção agrícola demonstrava um bom crescimento, apesar da constante oscilação bianual das safras de café. Este produto representou 48% do total das exportações brasileiras no ano de 1860, propiciando o primeiro superávit na balança comercial desde a Independência (GARCIA, 2005).

Um conjunto de iniciativas de interesse cartográfico foram elaboradas e gerenciadas a partir do Ministério da Agricultura, do Comércio, e das Obras Públicas (MACOP). As principais iniciativas cartográficas vinculadas ao MACOP neste período foram: Comissão de Triangulação do Município Neutro (1866); Comissão da Carta Itinerária (1874); Comissão Geológica (1875); Comissão Astronômica (1876); a Comissão da Carta Arquivo (1876); e a Comissão da Carta Geral do Império (1862). Como a principal atividade econômica do país se concentrava na produção agrícola, e em parte na mineração, os resultados dessas comissões contribuíram do ponto de vista geológico e de transportes; o que acabou por contribuir com a expansão dessas atividades pelo território nacional. Através destas comissões os interesses econômicos do governo imperial por trás da produção dos mapas ficaram mais nítidos. Ressaltando as principais atividades econômicas do país, agricultura e extração mineral, e a preocupação de manutenção do poder imperial. Mais adiante estas comissões serão brevemente detalhadas para ressaltar a importância da cartografia e possibilitar uma reflexão sobre a expansão da fronteira agrícola promovida pelo governo imperial. Esta que muitas vezes tem sido confundida com a fronteira de destruição ambiental através das queimadas e cortes que comprometeram grande parte das florestas da Mata Atlântica (DEAN, 1996). Assim, podemos indagar sobre a destruição deste bioma ter ocorrido a partir das práticas abusivas de uso do solo para agricultura e política de ocupação destas.

Ao considerar os mapas como fontes históricas, devemos ter em mente que estes podem ter uma série de intenções por trás da representação gráfica das linhas e relevos. No

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

que tange a reflexão histórica dos mapas e seus significados, é pertinente resgatar as discussões de John Harley. Segundo ele, os mapas “fazem parte de um discurso persuasivo, e pretendem convencer” (HARLEY, 2001, p. 37), sendo a maioria deles direcionada para um público específico e dotada de argumentos de autoridade usados por quem investiu na realização do mapa. Prosseguindo com as considerações de Harley, para ele, a regra básica da abordagem histórica dos mapas é que esses devem ser interpretados a partir de seu contexto, como um panorama histórico geral que resgata o local e o momento específico da produção do mapa em questão. Dessa forma, Harley nos instiga a buscar as intenções e circunstâncias que permeavam a produção e a publicação cartográfica. “Como uma expressão de intenção, função torna-se uma peça-chave para ler os mapas, mas tais intenções são geralmente pouco definidas, ou os mapas podem ser direcionados para mais de um leitor” (HARLEY, 2001, p. 39). Através desse contexto, podemos distinguir alguns aspectos básicos que tornam possível interpretar suas intenções, a partir dos possíveis interesses de quem mandou fazer o mapa, no caso, o governo imperial.

O interesse na cartografia, e os consequentes investimentos, pode ser observado no aumento das atividades de levantamentos topográficos no século XIX que geraram mapas mais precisos com escalas que variavam de 1:10.000 a 1:250.000 (COLLIER, 2002). No Brasil, houve também um aumento nas iniciativas cartográficas a partir da década de 1870, quando diferentes comissões criadas pelo governo imperial levantavam informações sobre cartografia, topografia, geologia, construção de ferrovias, que culminaram com a construção de um mapa nacional, a *Carta Geral do Império* (1:3.710.220) de 1876. Na medida em que o Império consolidava a conquista de territórios e de suas fronteiras, tornava-se necessário configurar um mapa completo que pudesse estruturar os aspectos do ambiente e do território, e definir por meios cartográficos a posição do país como uma nação civilizada e próspera. É importante esclarecer que do ponto de vista político os mapas nacionais possuem a função de estabelecimento de seus limites e o conhecimento do aspecto geográfico de seu território, além de ser uma ferramenta para a manutenção do poder governamental para gerenciar suas

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

fronteiras, comércio, administração interna, controle de populações e força militar, através de um discurso social, ideológico e retórico. Nessa concepção, o mapa é uma construção social que não é neutra e seu estudo possibilita uma descrição do mundo, considerando relações de poder e práticas culturais, preferências e prioridades de seus agentes (HARLEY, 2001).

Dentre as diversas atividades do governo imperial, a *Comissão da Carta Geral do Império* (1862-1878) foi a mais duradoura e com mais recursos. Além de ser responsável pela confecção de um mapa nacional ela também foi incumbida de organizar todos os trabalhos geodésicos. Seu principal produto, a *Carta Geral do Império*, apresentava uma boa noção da cientificidade expressa no século XIX, buscando a adoção de uma linguagem universal e a padronização dos meios de fazer e ler mapas. A proposta inicial era a elaboração de um mapa maior, com mais detalhes e menos erros, porém devido a dificuldades orçamentárias e de fornecimento de informações derivadas das províncias, este mapa foi reduzido e impresso às pressas para ser exibido na Exposição Nacional de 1875, e, posteriormente, na Exposição Universal da Filadélfia de 1876. Os “vazios cartográficos”, espaços desprovidos de informação, aparecem sem alegorias nem simbologias imprecisas. O desconhecimento dos territórios vizinhos ainda era bem aparente, com a ressalva do Paraguai, o que esclarece a opção desta comissão em demonstrar esses vazios. O meridiano zero permanecia ainda como do Rio de Janeiro, já que o padrão internacional do Observatório de Greenwich, discutido em 1884, na Conferência Internacional de Washington para a determinação do meridiano zero e só seria adotado oficialmente no Brasil em 1913. O mapa, monocromático, apresenta os territórios indígenas e o nome da etnia em questão, elementos representativos para hidrografia, relevo, estradas de ferro construídas e as que estavam planejadas para construção. Além da retórica de país civilizado, a demonstração dos meios de transporte tinha um viés claramente econômico, considerando a exibição na citada exposição. As fronteiras internacionais possuíam poucos destaques em suas representações, diferente de outros mapas nacionais do século XIX que possuíam outros fins, como: o *Atlas do Império do Brasil* de Candido Mendes (1868) voltado para o ensino de geografia e repleto de representações

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

coloridas que além de facilitar a visualização, fortalece a ideia de identidade e unidade territorial; e o mapa elaborado por Conrado Niemeyer, a *Carta Niemeyer* (1846), com fronteiras coloridas bem destacadas. Embora seja provável que este aspecto estivesse mais relacionado aos custos da impressão, ou à característica do cientificismo.



**Figura 1:** Fotomontagem das quatro folhas da *Carta Geral do Império* exposta na Exposição Nacional de 1875 (fonte: 5ª Divisão de Levantamento do Exército).

O discurso civilizatório se multiplicou com as iniciativas de incentivo à imigração europeia e norte-americana. A divulgação dessa imagem do Brasil tornou-se uma possibilidade para novas frentes migratórias. Representando o interesse da elite política como forma de solucionar o problema da falta de mão de obra derivado das políticas abolicionistas. No entanto, existe um aspecto visual da impressão do mapa que pode ser de origem técnica e não de uma escolha deliberada. Se nos distanciarmos lentamente quando observamos o mapa (Figura 1), temos a ideia de obstáculos. As cadeias de montanhas foram desenhadas como muralhas, e as vias de transporte estabelecem-se visualmente em um segundo plano, mais tênue. Esta representação maciça do relevo em lugar da hidrografia, em grande parte dos mapas do século XIX, esteve arraigada nos conceitos geográficos de Philippe Buache (1700-1763), do século XVIII. Segundo o geógrafo Fábio Guimarães (1906-1979), a hipótese de Buache, de que as cadeias de montanhas fossem sempre divisoras de águas, influenciou profundamente o século XIX, e foi responsável por muitos erros nas representações do relevo (GUIMARÃES, 1963). Sobre isso ele cita Delgado de Carvalho que diz que muitos dos

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

mapas do final do século XIX estavam “caracterizados pelas extensas minhocas ou lacraias que representam a orografia e fecham hermeticamente as desejadas “bacias fluviais”” (CARVALHO, 1925: 75).

Outras comissões nos interessam para o entendimento desta abordagem cartográfica para o ambiente, a Comissão Geológica e a Itinerante. Em 1873, o Ministério já reconhecia a necessidade de uma Carta Mineralógica que localizasse as minas conhecidas e as concessões de exploração feitas pelo governo. Nesse momento ainda não havia uma iniciativa geológica de abrangência nacional. O empreendimento iria suprir, também, com conhecimentos sobre as terras cultiváveis, as possibilidades para assentamentos de novas colônias e a acessibilidade para estas. Em 1875, o geólogo americano Charles E. Hartt (1840-1878) desenvolveu essa ideia, e submeteu ao Pedro II a proposta de realizar um reconhecimento geológico no país, o qual seria nomeado de *Comissão Geológica do Império*. Uma leitura rápida dos relatórios ministeriais podem nos levar a crer que a proposta foi feita pelo Ministério da Agricultura para Hartt. No entanto, foi ele quem sugeriu a ideia de realização de um serviço geológico no império (FIGUEIROA, 1997). Os interesses do ministério iriam, depois, nomear os integrantes da *Comissão da Carta Geológica*, a qual seria responsável pela descrição de estudo da estrutura geológica; paleontologia e paleobotânica; minas diversas; exame químico das rochas; elevação relativa; variações de clima; caráter e extensão das matas e dos campos; agricultura; animais úteis e nocivos; arqueologia; etnologia; amostras e fotografias; e pelo levantamento de uma carta geológica.

Já a *Comissão da Carta Itinerária* (1875-1878), tinha em seu quadro de funcionários membros da Comissão da Carta Geral, e, segundo relatório do Ministério da Agricultura, “devia compreender não só as vias de comunicação existentes, como a indicação topográfica dos lugares que se prestem ao traçado de novas [vias]” (BRASIL, 1877, p. 220). A *Comissão da Carta Itinerária* iniciou seus serviços em julho de 1875. O intuito da comissão era iniciar seus trabalhos geodésicos e topográficos na província do Rio Grande do Sul e seguir para a direção Norte entre os meridianos 7° e 9° do Rio de Janeiro. Porém, devido a limitações

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

financeiras que assolavam outras iniciativas, os trabalhos da comissão se limitaram às províncias do Sul, produzindo: uma carta topográfica de Porto Alegre, uma carta itinerária, plantas especiais das estradas, e uma carta geológica da zona entre os rios dos Sinos e Guaíba, incluídas as serras do Pinhal, Santana e a bacia do Gravataí, no Rio Grande do Sul.

Todas estas comissões terminaram no ano de 1878, resultado da política de contenção de despesas do governo imperial. Com o término destas, as atividades cartográficas se limitaram em relação a área e interesse, como as Comissões Geográficas de São Paulo (1886) e de Minas Gerais (1891), e os planos ferroviários de iniciativa privada. Essas duas iniciativas acompanharam o início da descentralização decorrente dos interesses particulares das regiões fora da capital. O caso de São Paulo foi fomentando principalmente pela cafeicultura e se destacou dentre as outras devido à extensa produção de relatórios e mapas. A *Comissão Geológica e Geográfica do Estado de São Paulo* (CGG), criada em 1886, se focou principalmente para resolver os problemas de: disponibilidade de mão de obra e terras, e da ineficiência do transporte e escoamento da produção. O plano proposto previa a criação de uma rede de estações meteorológicas e a construção de mapas geográficos, topográficos, itinerários, geológicos e agrícolas, representando os centros populacionais, indústrias e minas, e terras improdutivas. Estas atividades facilitariam e incrementariam a ocupação e integração do sertão paulista para o estabelecimento de lavouras de café. Inicialmente chefiada pelo geólogo norteamericano Orville Derby, a CGG realizou expedições para o oeste paulista com profissionais das áreas de geologia, meteorologia e botânica, como o sueco-brasileiro Alberto Löfgren (FIGUEIRÔA, 1997). A ação da comissão permitiu o estabelecimento de uma rede de comunicação viária, fluvial e ferroviária, em decorrência da abertura de frentes territoriais de ocupação geográfica. Essas e outras instituições coadjuvaram no conhecimento territorial do oeste paulista, contribuindo para o estabelecimento da ocupação humana em um local comumente visto como improdutivo, inativo e com uma população sem ambição. Não estamos cogitando aqui simplesmente a ocupação humana, mas o interesse econômico na



complexa atividade de uso dos recursos naturais como a agricultura, mineração, indústria e urbanização.

Tentamos mostrar neste breve texto algumas das principais atividades cartográficas do governo imperial centralizadas no Ministério da Agricultura. Incorporamos algumas reflexões da história da cartografia como a busca pela interpretação do mapa no contexto do criador e de suas intenções, assim como de quem poderia tê-lo visto. Focamos-nos aqui mais no mapa nacional, e em particular o mapa exposto no exterior. O mapa reforça a ideia de domínio do ambiente, de apropriação e uso da terra. As diversas representações desenhadas no mapa simbolizaram o que o governo imperial queria mostrar, e o que ele queria esconder. No caso da *Carta Geral do Brasil* e outros mapas, a imagem de um país integrado e civilizado era o foco. Assim as questões de fronteira que ainda estavam por ser feitas, e os territórios de índios “bravios” não foram representados. Neste jogo de presenças e ausências se desenhava as pretensões do Estado Imperial com relação ao seu território, de proporções continentais e uma tela em branco para ser preenchido pelo desiderato do progresso e da civilização. Ao mesmo tempo em que se desenhava do ambiente ao promover uma visão utilitária da natureza como recurso, dos biomas como espaços a serem colonizados.

### **Referências Bibliográficas**

ARNOLD, David. *The problem of nature: environment, culture and European expansion*. (New Perspectives on the Past). Oxford: Blackwell, 1996.

BRASIL. *Relatório do Ministério da Agricultura, do Comércio e das Obras Públicas*. 1875.

CAPILÉ, Bruno; VERGARA, Moema de Rezende. Circunstâncias da Cartografia no Brasil oitocentista e a necessidade de uma Carta Geral do Império. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 5, p. 37-49, 2012.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

- CARVALHO, Carlos Delgado de. *Metodologia do Ensino Geográfico*. Rio de Janeiro: Livr. Francisco Alves, 1925, p. 75. Apud GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. Observações sobre o Problema da Divisão Regional. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XXV, nº 3, jul-set, p. 289-311, 1963, p. 291
- COLLIER, Peter. The Impact on Topographic Mapping of Developments in Land and Air Survey: 1900-1939'. *Cartography and Geographic Information Science*. v. 3, n. 29, p. 155-174, 2002.
- CORTESÃO, Jaime. *História da Cartografia Política do Brasil*. Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1945. Mimeografado.
- DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: A História e a Devastação da Mata Atlântica*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.
- FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. *As Ciências Geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997.
- GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.
- GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. Observações sobre o Problema da Divisão Regional. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XXV, nº 3, jul-set, p. 289-311, 1963.
- HARLEY, J. B. *The New Nature of Maps: Essays in the History of Cartography*. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 2001.
- KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da Ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, v. 23, n 37, p.70-80, Jan/Jun 2007.
- MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques (org.). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: AGB, 1998.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: Pequena História Crítica* (20ª ed.). São Paulo: Annablume, 2005.
- PÁDUA, José Augusto. Natureza e Sociedade no Brasil Monárquico. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. III, p. 313-365, 2009.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições universais: Espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- RIBEIRO, Rafael Winter. *A invenção da diversidade? Construção do Estado e diversificação territorial no Brasil (1889-1930)*. Tese doutorado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- TURNER, John. Interpreting the History of Scientific Instruments. In: ANDERSON, R.; BENNETT, Jim; RYAN, J. (Eds.) *Making Instruments Count: Essays on Historical Scientific Instruments Presented to Gerard L'Estrange Turner*. Hampshire: Ed. Variorum, 1993.